

OFÍCIO Nº 347/2025-GAB

Várzea Alegre, CE, 17 de setembro de 2025.

A Sua Excelência, Senhora
MENESIA SIMIÃO LEONARDO
Presidente da Câmara Municipal
Várzea Alegre - CE.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 057, de 17 de setembro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
APROVADO EM: 17/09/2025

Senhora Presidente,

MENESIA SIMIÃO LEONARDO
PRESIDENTE

Com o presente, encaminhamos à essa egrégia Câmara, para que V. Exa. possa colocar em apreciação, o **Projeto de Lei nº 057, de 17 de setembro de 2025, EM REGIME DE URGÊNCIA**, que altera o art. 116 da Lei Municipal nº 1.215 de 21 de 27 de agosto de 2021, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Várzea Alegre- CE e dá outras providências.

Atenciosamente,


FLAVIO SALVIANO LIMA FILHO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - CE
RECEBIDO EM: 17/09/25


FUNÇÃOÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 057, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025.

Altera o art. 116 da Lei Municipal nº 1.215 de 21 de 27 de agosto de 2021, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Várzea Alegre- CE e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE/CE, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, em pleno exercício do cargo e de acordo com o art. 50 e art. 69, III, da Lei Orgânica do Município (LOM), coloca em apreciação o referido Projeto de Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 116 da Lei Municipal de nº 1.215, de 27 de agosto de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 116. Será concedida redução de até 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, para servidores públicos que possuam filhos ou dependentes com deficiências, comprovadas por laudos médicos de especialista, cujos cuidados necessitem de atenção especial além do normal e não seja possível a compatibilização da jornada de trabalho com os cuidados e acompanhamento necessários a esses filhos.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Várzea Alegre, Estado do Ceará,
em 17 de setembro de 2025.


FLAVIO SALVIANO LIMA FILHO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE
RECEBIDO EM: 17/09/25

FUNCIONÁRIO

MENSAGEM DE LEI Nº 057, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores,

Temos a honra de submeter à apreciação e deliberação dessa Augusta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei, que altera o art. 116 da Lei Municipal nº 1.215 de 21 de 27 de agosto de 2021, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Várzea Alegre- CE e dá outras providências.

O presente projeto tem por objeto conceder redução de até 50% (cinquenta por cento) da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, para servidores públicos que possuam filhos ou dependentes, com deficiência comprovada por laudo médico de especialista, cujos cuidados necessitem de atenção especial além do normal e não seja possível a compatibilização da jornada de trabalho com os cuidados e acompanhamento necessários a esses filhos.

O art. 116 da Lei 1.215/2021 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Várzea Alegre) previa a concessão da redução de 50% da jornada de trabalho, para servidores públicos que possuam filhos com necessidades especiais, como síndrome de Down, transtorno do espectro autista, ou deficiências físicas e congêneres.

A presente alteração se mostra necessária para adequar a legislação municipal ao recente julgado constante do Recurso Extraordinário nº 1237867 (Tema 1097) do Supremo Tribunal Federal.

No voto do eminente relator Ministro Ricardo Lewandowski, no mencionado Tema 1097 do STF, a necessidade de redução de jornada é de ser atestada por junta médica oficial, com base em critérios de concessão, visando a promoção da igualdade material e não discriminação, consignando-se o quantitativo de redução de jornada, proporcional e suficiente, a fim de conciliar o acompanhamento do dependente com o expediente do servidor, bem como a periodicidade de eventual reavaliação e demais medidas necessárias.

O Tema 1097 do STF, ampliou ainda, o direito à redução de jornada ao servidor que tenha filho ou dependente portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial.


Portanto, haja vista que o citado Tema 1097 do STF compreendeu o direito em tela, em relação ao servidor estadual e municipal, não apenas ao filho, mas também ao

dependente, nos moldes aqui apresentados, mostra-se necessária a presente alteração da Lei Municipal 1.215/21.

Diante da celeridade e importância que o assunto requer, solicitamos a apreciação do Projeto de Lei em **Regime de Urgência**, conforme estabelece o Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Diante do exposto e na certeza do elevado espírito público de Vossa Excelência e seus dignos pares, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


FLAVIO SALVIANO LIMA FILHO
Prefeito Municipal